

Reforma fará economia de Cz\$ 3 bi com materiais

BRASILIA — A Reforma Administrativa a ser anunciada, hoje, pelo Governo permitirá economia anual de Cz\$ 3 bilhões com os gastos da máquina pública somente com materiais. Os principais pontos da reforma serão:

1 — Unificação das fontes pagadoras: todas as despesas com pessoal serão centralizadas na Secretaria do Tesouro. Há estimativas de que existem 30 mil salários acumulados por dez mil funcionários públicos. Com o chamado caixa único, os que têm mais de um salário no funcionalismo serão identificados e os custos reduzidos.

2 — Estatuto dos Servidores: será extinto o atual regime jurídico do funcionalismo, predominado pelos estatutários e aqueles regidos pela CLT.

O novo regime, chamado provisoriamente de Civilista, dará vantagens de ambos os regimes, mas não concederá o décimo terceiro salário, como chegou a ser noticiado, garantiram, ontem, fontes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Os aposentados terão assegurados os mesmos direitos que os ativos.

3 — Escola de Administração: será criada a Escola Nacional de Administração, encarregada de formar a mão-de-obra das elites admi-

nistrativas do País. Prevê-se que um vestibular para a escola já ocorra este ano, e com ele termine o emprego sem concursos.

4 — Censo de Pessoal e Cadastro de Material: o Governo até agora não sabe quantos funcionários tem. Será feito um censo metódico, para que não ocorra o mesmo que no início do ano.

5 — Plano de Carreira: atualmente, quando alguém começa no funcionalismo público como contínuo, a possibilidade de se aposentar nesta Função é de 99 por cento. O Governo quer criar uma escala de ascensão dentro do funcionalismo para que se evite a estagnação.

6 — Licitações: o Governo pretende modificar o sistema de licitações para acabar com as fraudes. As licitações terão de ser amplamente divulgadas, não se limitando aos Diários Oficiais.

7 — Estatais, Autarquias e Fundações: dentro de três meses, o Governo promoverá auditorias para verificar sua necessidade. Haverá, portanto, extinção, fusão e incorporação de órgãos e empresas. A Cobal, por exemplo, deverá perder a sua área de varejo, que seria repassada à iniciativa privada.